

Fim da caixa dos militares abre buraco de 5,5 milhões

Defesa. Passagem da ADM para Ministério da Saúde coloca em risco salário dos funcionários civis. Chefes militares contra transferência

MANUEL CARLOS FREIRE

A transferência do subsistema de Assistência na Doença dos Militares (ADM) para o Ministério da Saúde, a que os chefes militares se opuseram há semanas, vai abrir um buraco de 5,5 milhões de euros que coloca em risco o pagamento de salários aos funcionários civis do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), soube o DN.

Esse risco levou o IASFA a informar o Ministério da Defesa que terá de transferir verbas para se pagar os salários daqueles civis – que desde 2013 são assegurados com verbas afetas à Ação Social Complementar (ASC) dos militares, adiantaram duas das fontes ouvidas sob anonimato por não estarem autorizadas a falar sobre o caso.

A ASC foi colocada no IASFA em 2005, tendo o então ministro da Defesa Luís Amado assumido o compromisso de transferir 10 milhões/ano para compensar o IASFA e permitir-lhe cumprir as suas obrigações em matéria de ASC – destino dos descontos dos militares.

“O ministro comprometeu-se a transferir a verba equivalente à quotização da ASC que fora encaminhada para a ADM”, insistiu o presidente da Associação Nacional de Sargentos (ANS), Lima Coelho.

Contudo, a obrigatoriedade de reduzir as transferências do orçamento da Defesa para a ADM, compensada com o aumento nas contribuições dos militares (0,8% em 2005, 1,5% em 2013 e 3,5% em 2014), fizeram que a tutela colocasse só cinco milhões de euros na conta do IASFA – e obrigando-o a socorrer-se de outras verbas (como as da ASC) para pagar salários.

Essa não será, contudo, uma das razões principais que levaram o Conselho de Chefes de Estado-Maior das FA a enviar ao ministro da Defesa um memorando a manifestar discordância com a transferência da gestão da ADM para o Ministério da Saúde, soube o DN.

Essa mudança ficou inscrita no memorando da *troika*, a fim de se tornar autossustentável – como os

restantes subsistemas públicos de proteção social e colocando-os sob a mesma tutela da Saúde: a ADM, ADSE e Serviços de Assistência na Doença da PSP e GNR, criando-se um bolo da “ordem dos 600 milhões de euros”, disse uma fonte.

“Não faz muito sentido colocar tudo na Saúde”, alertou uma alta patente, porque “são coisas diferentes” (a começar pelo universo de beneficiários), porque “suscita interesses privados associados aos muitos milhões” desse bolo. Por outro lado, os militares, se e quando houver “algo que lhes desagrade, vão contestar junto de quem?”

Do ponto de vista das chefias das FA, à parte uma eventual vontade corporativa de evitar que a ADM saia da sua esfera de influência, está em causa a natureza específica de um subsistema para o qual os militares estão obrigados a descontar – e “devem continuar a sê-lo”.

“A ADM serve para apoiar os mais velhos e os deficientes militares. Há uma obrigatoriedade intergeracional entre os militares” que é garantida com a imposição legal dos respetivos descontos, enfatizou um oficial, adiantando que há ainda “uma relação intrínseca com a saúde militar” de cariz operacional, onde “alguns custos são suportados pela ADM”.

Para o líder dos sargentos, Lima Coelho, “a ADM não devia ter ido para o IASFA. Mas agora tirá-la é errado”, desde logo porque, na mesma tutela, “confunde-se o voluntariado [dos descontos] para a ADSE com a obrigatoriedade da ADM”.

Certo é que, no caso da ASC, equaciona-se criar nova quota para aquele efeito. “Teria de ser muito bem vista essa sobrecarga, pois é mais uma penalização sobre os militares e a solução não é sacar sempre aos mesmos”, argumentou Lima Coelho, adiantando: “É muito bonito enaltecer o trabalho dos militares, mas depois esquecer as exigências e obrigações para ter FA. Se o Estado quer ter FA, então tem de pagar a sua parte.”

“AADM é uma obrigação do Estado. A função do IASFA é a ASC e a ADM não pode ser vista como fator prioritário da sua ação”, concluiu Lima Coelho.

